



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR
"JUNTOS PELA MUDANÇA"

LEI N 854 DE 11 DE MAIO DE 2018

**"INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE
SANEAMENTO BÁSICO E D OUTRAS
PROVIDÊNCIAS".**

JURACY DA COSTA SILVA, Prefeito Municipal de Guatapar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Guatapar aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1 - Na implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do Anexo I, parte integrante desta Lei, o Município de Guatapar deverá articular e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econmicos e financeiros para garantia da execução dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com os princípios e diretrizes da Lei n 11.445/2007.

Art. 2 - São diretrizes do Plano Municipal de Saneamento Básico a melhoria da qualidade dos serviços de saneamento básico, a garantia dos benefícios da salubridade ambiental para toda a população, a manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado e o fortalecimento dos instrumentos disponíveis ao Poder Público e à coletividade.

Pargrafonico. Na implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico, deverão ser considerados:

I-O Plano Regional Integrado de Saneamento Básico da UGRHI 9 e;

II- O Plano de Bacia Hidrográfica Rio Mogi Guaçu

Art. 3- Para efeitos desta Lei, considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

I- Abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

II-Esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte,



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR
"JUNTOS PELA MUDANÇA"

tratamento e disposição dinal adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

III- limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas; e

IV- drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, retenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

Art. 4 - O Plano Municipal de Saneamento Básico será considerado para para um horizonte de 20 (vinte) anos, devendo ser revisto periodicamente em prazos não superiores a 4(quatro) anos.

 1. As revisões de que trata o caput deste artigo deverão proceder à elaboração do Plano Plurianual do Município de Guatapar, nos termos do art. 19  4 da Lei não 11.445/2007.

 2. O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico  Câmara dos Vereadores, com as eventuais alterações, a alterações, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

DOS OBJETIVOS E PRINCÍPIOS

Art. 5 O Plano Municipal de Saneamento Básico tem por objetivo geral promover a universalização do saneamento básico em todo o território de Guatapar, ampliando progressivamente o acesso de todos os domicílios permanentes aos serviços.

Parágrafo nico. Para alcançar o objetivo geral de universalização, em conformidade com a Lei não 11.445/2007, são objetivos específicos do Plano de Saneamento Básico de Guatapar.

I- A garantia da qualidade e eficiência dos serviços, buscando sua melhoria e extensão às localidades ainda não atendidas;

II-A sua implementação em prazos razoáveis, de modo a atingir as metas fixadas no plano;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR
"JUNTOS PELA MUDANÇA"

III-a criação de meios instrumentos para regulação, fiscalização, monitoramento e gesto de servios;

IV-a promoção de programas de educação ambiental de forma a estimular a conscientização da população em relação  importncia do meio ambiente equilibrado e à necessidade de sua proteção, sobretudo em relação ao saneamento básico; e

V-a viabilidade econmico-financeira dos servios, considerando a capacidade de pagamento pela população de baixa renda na definição de taxas, tarifas e outros preços públicos.

Art. 6o Além dos princípios expressos acima, serão observados, para a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico, os seguintes princípios fundamentais:

I-integralidade dos servios de saneamento básico;

II-disponibilidade dos servios de drenagem e de manejo das águas pluviais urbanas;

III-preservação da saúde pública e a proteção do meio ambiente;

IV- adequação de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

V- articulação com outras políticas públicas;

VI- eficiência e sustentabilidade econmica, técnica, social e ambiental;

VII- utilização de tecnologias apropriadas;

VIII- transparência das ações;

IX- controle social;

X- segurança, qualidade e regularidade;

XI- integração das infraestruturas e servios com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

DOS INSTRUMENTOS

Art. 7o Os programas e projetos específicos, voltados à melhoria da qualidade e ampliação da oferta dos servios de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e drenagem constituirão os instrumentos básico para a gestão dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR
"JUNTOS PELA MUDANÇA"

serviços, devendo incorporar os princípios e diretrizes contidos nesta Lei.

Parágrafo nico. Os programas e projetos específicos do setor de saneamento básico deverão ser regulamentados por Decretos do Poder Executivo Municipal, na medida em que forem criados, inclusive com a especificação dos recursos orçamentários a serem aplicados.

Art. 8o A implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico, a cargo da Secretaria Municipal de Administração, pressupo a participação dos diversos agentes envolvidos, inclusive os demais órgãos e entidades da Administração pública Municipal, operadores dos serviços, associações de bairro e demais entes da sociedade civil organizada.

DA RESPONSABILIDADE DOS AGENTES ENVOLVIDOS COM O SANEAMENTO BÁSICO

Art. 9o A prestação dos serviços de saneamento básico é de titularidade do Poder Executivo Municipal e poderá ser delegada a terceiros somente mediante lei aprovada pelo Poder Legislativo Municipal específica para concessão ou permissão do serviço, sob o regime de direito público, para execução de uma ou mais atividades.

 1o. A delegação da prestação dos serviços de saneamento básico não dispensa o cumprimento, pelo prestador, do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do Anexo I.

 2o Os planos de investimentos e os projetos relativos ao contrato deverão ser compatíveis com o Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do Anexo I.

 3o Os contratos mencionados no caput não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou o acesso às informações dos serviços contratados.

 4o No caso de mais de um prestador executar atividade interdependente de outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato, devendo entidade punica ser encarregada das funções de regulação e fiscalização, observado o disposto no art. 12, da Lei não 11.445/2007.

 5o Na hipótese de entidade da Administração Pública Municipal ser contratada para a prestação de serviços de saneamento básico nos termos do presente artigo, deverá submeter-se às regras aplicáveis aos demais prestadores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR
"JUNTOS PELA MUDANÇA"

Art. 10° O Município deverá regular e fiscalizar a prestao dos serviços públicos de saneamento básico, ficando desde já autorizada a delegar essas atividades a entidade reguladora independente, constituída dentro dos limites territoriais do Estado de São Paulo, nos termos do § 1° do art. 23 da Lei n° 11.445/2007.

Parágrafo nico. Caberá ao ente regulador e fiscalizador dos serviços de saneamento básico a verificao do cumprimento do Plano Municipal de Saneamento Básico, Anexo I desta Lei, por parte dos prestadores dos serviços, na forma das disposioes legais, regulamentares e contratuais.

Art. 11° Com forma de garantir a implantao do Plano Municipal de Saneamento Básico são deveres dos prestadores dos serviços:

I-prestar serviço adequado e com atualidade, na forma prevista nas normas técnicas aplicáveis e no contrato, quando os serviços forem objeto de relao contratual;

II-prestar contas da gestão do serviço ao Município de Guatapar quando os serviços forem objeto de relao contratual, e aos usuários, mediante solicitao por escrito;

III-cumprir e fazer cumprir as normas de proteo ambiental e de proteo  saúde aplicáveis aos serviços;

IV-permitir aos encarregados da fiscalizao livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalaoes integrantes dos serviços;

V- zelar pela integridade dos bens vinculados à prestao do serviço; e

VI- captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários  prestao do serviço.

§ 1° Para os efeitos desta Lei, considera-se serviço adequado aquele que satisfaz as condioes de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestao, bem como a modicidade das tarifas.

§ 2° A atualidade compreende a modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalaoes, a sua consevao, bem como a melhoria e expansão do serviço.

Art 12°. Tendo em vista que os usuários diretos e indiretos dos serviços de saneamento básico são os beneficiários



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR
"JUNTOS PELA MUDANÇA"

finais do Plano Municipal de Saneamento Básico, constituem seus direitos e obrigaes:

I-receber serviço adequado;

II-receber dos prestadores informaes para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

III-levar ao conhecimento do Município de Guatapar e do prestador as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;

IV- comunicar às autoridades competentes aos atos ilícitos eventualmente praticados na prestao do serviço;

V-contribuir para a permanência das boas condies dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços.

DAS INFRAOES E PENALIDADES

Art. 13 Sem prejuízo das sanes civis e pnsi cabíveis, as infraes ao disposto nesta Lei e seus instrumentos, cometidas pelos prestadores de serviços, acarretarão a aplicao das seguintes penalidades, pelo ente regulador, observados, sempre, os princípios da ampla defesa e do contraditório:

I-advertência, com prazo para regularizao; e

II-multa simples ou diária.

Art. 14 A advertência poderá ser aplicada mediante a lavratura de auto de infrao, para as infraes administrativas de menor lesividade, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

 1 Sem prejuízo do disposto no caput, se o ente regulador constatar a existência de irregularidades a serem sanadas, lavrará o auto de infrao com a indicao da respectiva sano de advertência, ocasião em que estabelecer prazo para que o infrator sane tais irregularidades.

 2 Sanadas as irregularidades no prazo concedido, o ente regulador certificar o ocorrido nos autos e dará seguimento ao processo.

 3 Caso o autuado, por negligência ou dolo, deixe de sanar as irregularidades, o ente regulador certificar o ocorrido e aplicar a sano de multa relativa  infrao praticada, independentemente da advertência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR
"JUNTOS PELA MUDANÇA"

 4 A advertência não excluirá a aplicação de outras sanções cabíveis.

Art. 15 Para a aplicação da penalidade da multa, a autoridade competente levará em conta a intensidade e extensão da infração.

 1 A multa diária será aplicada em caso de infração continuada.

 2 A multa sera graduada entre 05 e 150 UFESP.

 3 Para cáculo do valor da multa são consideradas as seguintes situações agravantes:

I - reincidência; ou

II - quando da infração resultar, entre outros;

a) Na contaminação significativa de águas superficiais e/ou subterrâneas;

b) Na degradação ambiental que não comporte medidas de regularização, reparação, recuperação pelo infrator ou às suas custas; ou

c) Em risco iminente  saúde pública.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17 Constitui rgo executivo do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do Anexo I, a Secretaria Municipal de Administração, na forma da Lei Municipal _____;

Art. 18 - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS 11 DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2018

Publicada, registrada e afixada no Paço da Prefeitura Municipal na data supra.

JURACY COSTA DA SILVA
Prefeito municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR
"JUNTOS PELA MUDANÇA"

AILTON APARECIDO DA SILVA
Secretário Municipal de Administrao